



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004883-19.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Substituição do Produto**
 Requerente: **JOSELITO GADELHA DA SILVA**
 Requerido: **SONY BRASIL**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido um aparelho de telefonia celular fabricado pela ré, o qual poucos dias depois apresentou vício de funcionamento.

Alegou ainda que o encaminhou à assistência técnica há mais de trinta dias sem que ele fosse consertado e devolvido.

Retifique-se o polo passivo da relação processual, nele passando a figurar a ré SONY MOBILE COMMUNICATIONS DO BRASIL LTDA, anotando-se.

Os documentos apresentados pelo autor respaldam satisfatoriamente sua versão.

Os de fls. 02/07 concernem à compra do produto em apreço, ao passo que o de fl. 08 denota seu envio à assistência técnica em 12/03/2015.

A seu turno, a ré não refutou os fatos articulados pelo autor e tampouco se pronunciou sobre os documentos destacados.

Não comprovou, por fim, o reparo do aparelho no prazo de trinta dias.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à aplicação ao caso da regra prevista no art. 18, § 1, inc. I, do CDC, patenteado que o produto trazido à colação não foi reparado no trintídio.

Registro, por oportuno, que o autor em momento algum pleiteou o ressarcimento de danos morais, motivo pelo qual as considerações a propósito expendidas pela ré deixam de ser analisadas.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a no prazo máximo de dez dias substituir o produto tratado nos autos por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, entregando-o ao autor, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 28 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**